

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 88.156 - DF (2017/0200795-6)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : JOAO RICARDO AULER
RECORRENTE : DALTON DOS SANTOS AVANCINI
RECORRENTE : FERNANDO CAMARGO DAGHUM
RECORRENTE : NICOMEDES DE OLIVEIRA MAFRA NETO
ADVOGADOS : CELSO SANCHEZ VILARDI E OUTRO(S) - SP120797
EDUARDO FERREIRA DA SILVA - SP353029
JULIA OCTAVIANI DUARTE LOURENÇO - SP373978
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por JOAO RICARDO AULER, DALTON DOS SANTOS AVANCINI, FERNANDO CAMARGO DAGHUM e NICOMEDES DE OLIVEIRA MAFRA NETO contra acórdão proferido pela 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no julgamento do HC n. 0014331-26.2017.4.01.0000/DF.

Noticiam os autos que JOÃO e DALTON foram denunciados como incurso nos artigos 90 da Lei 8.666/1993 e 312, § 1º, do Código Penal, ao passo que à FERNANDO e NICOMEDES foi imputada a prática do delito de peculato.

Buscando a anulação que convalidou o recebimento da peça vestibular, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustentam os advogados subscritores das razões recursais que a decisão que afastou a possibilidade de absolvição sumária dos acusados seria nula, pois não teria analisado as teses suscitadas pela defesa em resposta à acusação.

Afirmam que as questões apresentadas na aludida peça processual não demandariam dilação probatória.

Requerem o provimento da insurgência para que seja reconhecida a nulidade do provimento judicial emanado pelo magistrado singular, determinando-se que outra seja proferida de forma motivada.

Contra-arrazado o reclamo (e-STJ fls. 567/575), o Ministério Público Federal, em parecer de fls. 621/627, manifestou-se pelo seu desprovimento.

É o relatório.

Como se sabe, com o advento da Lei 11.719/2008, depois de oferecida a denúncia ou queixa, o juízo singular pode seguir dois caminhos: rejeitá-la liminarmente, caso seja uma das hipóteses previstas no artigo 395 da Lei Adjetiva, ou recebê-la, nos termos do artigo 396 do Código de Processo Penal, ordenando a citação do acusado para oferecer sua defesa.

Se a exordial for acolhida, o magistrado poderá, após a apresentação de resposta à acusação, absolver o acusado sumariamente, tal como disposto no artigo 397 da Lei Processual Penal, ou manter a marcha processual, com a designação da audiência de instrução e julgamento.

Esta decisão deverá ser motivada, por imposição do artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, prescindindo, contudo, de fundamentação complexa, sob pena de ocorrer a antecipação do julgamento do mérito da ação penal, antes mesmo de realizada a instrução processual.

Por esta razão, esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento de que a motivação acerca das teses defensivas apresentadas por ocasião da resposta escrita deve ser sucinta, limitando-se à admissibilidade da acusação formulada pelo órgão ministerial, evitando-se, assim, o prejulgamento da demanda.

Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME DE POLUIÇÃO. DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA. DESNECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO EXAURIENTE. (...) RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

3. A decisão que recebe a denúncia (CPP, art. 396) e aquela que rejeita o pedido de absolvição sumária (CPP, art. 397) não demandam motivação profunda ou exauriente, considerando a natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito, que somente poderá ser proferido após o desfecho da instrução criminal, com a devida observância das regras processuais e das garantias da ampla defesa e do contraditório.

4. No caso em exame, o recorrente e sua empresa foram denunciados por terem causado poluição, em níveis tais, que possam resultar danos à saúde humana, ao lançarem resíduos gasosos, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis e regulamentos. A denúncia foi inicialmente recebida por não estarem presentes os motivos previstos no artigo 395 do CPP, oportunidade em que foi determinada a citação do acusado. Após a apresentação da defesa preliminar, foi proferida decisão mantendo o recebimento da denúncia, inexistindo qualquer vício de fundamentação que, apesar de sucinta, afasta a hipótese de absolvição sumária e ratifica a existência de materialidade e autoria delitiva, além de afirmar que as questões trazidas na resposta à acusação confundem com o próprio mérito, razão pela qual devem ser debatidas após a instrução criminal.

5. Hipótese em que, de forma sucinta, porém suficientemente fundamentada, foi afastada a absolvição sumária, apontando a existência de provas nos autos acerca da materialidade e indícios de autoria em desfavor do acusado, bem como que as questões trazidas na resposta à acusação confundem com o próprio mérito, razão pela qual devem ser debatidas após a instrução criminal.

(...)

9. Recurso não provido.

(RHC 97.929/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO PASSIVA. NULIDADE DA DECISÃO QUE REJEITOU A ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADA. TESES DE MÉRITO QUE NECESSITAM DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. RECURSO IMPROVIDO.

1. A decisão de recebimento da denúncia constitui mero juízo de admissibilidade e possui natureza interlocutória. Nesta fase inicial o juiz fica impedido de incursionar no mérito da causa, sob pena de se antecipar ao julgamento e, por conseguinte, provocar uma nulidade

insanável.

2. Não era mesmo de se analisar as teses apresentadas na defesa prévia - ilicitude da interceptação telefônica e do desmembramento do processo -, porquanto configuram preliminares de mérito e não de absolvição sumária.

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte, não é imprescindível que o recebimento da denúncia ou a decisão que rejeita o pedido de absolvição sumária se revista de fundamentação exauriente, porém deve ser fundamentada, ainda que de forma concisa, apreciando, quando apresentadas na resposta à acusação, teses relevantes e urgentes, e, se não for o caso, ao menos referindo os pontos aventados pela defesa para, então, fundamentar a necessidade de dilação probatória na análise, o que efetivamente ocorreu no presente caso. Precedentes.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 435.679/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 04/09/2018)

Na espécie, ao apresentar resposta à acusação, os recorrentes alegaram: a) a nulidade da decisão que recebeu a denúncia por ausência de fundamentação; b) a manifesta ausência de justa causa para a persecução penal, pois não teria assinado a proposta mencionada na peça acusatória; c) a inépcia da inicial; d) a falta de indícios de autoria em seu desfavor; e) a atipicidade da conduta omissiva descrita na vestibular; e f) a ilicitude da prova mencionada na exordial (e-STJ fls. 226/279, 281/337, 339/392 e 397/452).

O magistrado singular esclareceu que todas as questões preliminares arguidas - inépcia da denúncia, conexão, desentranhamento das provas ilícitas produzidas na Operação Castelo de Areia, necessidade de transcrição integral das interceptações telefônicas, desentranhamento ou supressão de diálogos citados, e a imprestabilidade de laudos periciais, dentre outras - já foram apreciadas na decisão que recebeu a denúncia e na que rejeitou os embargos de declaração contra ela opostos, estando, assim, superadas (e-STJ fls. 458/459).

Afirmou que "*a pretensa nulidade da decisão que recebeu a denúncia, suscitada pela defesa dos réus João Ricardo, Nicomedes, Fernando e Dalton, igualmente não ocorreu*", pois "*a decisão está fartamente fundamentada e amparada nos elementos constantes dos autos, explicitamente citados*" (e-STJ fl. 459).

Consignou que "*a pretensa ausência de justa causa restou superada pelo recebimento da denúncia, sem que os argumentos agora trazidos tenham o condão de ressuscitá-la*", advertindo que "*o fato de os servidores e os participantes das licitações não terem, supostamente, recebido dinheiro ou outra vantagem indevida, bem assim de que os procedimentos dos certames e as contratações observaram os parâmetros legais, sem registro de prejuízo ao Poder Público, é matéria que resvala ao mérito e não prescinde da instrução criminal*", sendo que "*seu exame dar-se-á a tempo e modo*" (e-STJ fl. 459).

Concluiu que, "*no que atine ao mérito propriamente dito das respostas à acusação*", "*além de não restarem configurados os requisitos conducentes à absolvição sumária (CPP, art. 397), as defesas não trouxeram aos autos elementos capazes de infirmar o juízo preliminar de recebimento da denúncia*", destacando que "*as teses de negativa de autoria e da ausência de dolo, alçadas pelas defesas como supedâneo à absolvição sumária, não prescindem da instrução criminal*" (e-STJ fl. 459).

Das passagens acima reproduzidas, verifica-se que a decisão foi devidamente motivada, o que afasta a eiva articulada na irresignação.

Com efeito, o togado singular atestou a aptidão da denúncia e a existência de indícios suficientes de autoria e materialidade em desfavor dos recorrentes, explicando a impossibilidade de absolvê-los sumariamente dada a necessidade de dilação probatória para a análise da aventada atipicidade de suas condutas e da apontada falta de justa causa para a persecução criminal, fundamentação que, à luz da jurisprudência deste Sodalício, é válida e suficiente para que se dê prosseguimento à ação penal.

A propósito:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. (...) 6. RESPOSTA À ACUSAÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. DESNECESSIDADE DE EXTENSA FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. (...) 8. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO EM PARTE, PARA CONHECER DA ALEGADA NULIDADE, MANTENDO A NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO MANDAMUS.

(...)

6. A decisão que analisou a resposta à acusação encontra-se devidamente motivada, porquanto efetivamente refutada a apontada nulidade e esclarecida a ausência de hipótese de absolvição sumária, devendo as demais matérias serem debatidas após a devida instrução processual. Destaque-se que não se pode abrir muito o espectro de análise da resposta à acusação, sob pena de se invadir a seara relativa ao próprio mérito da demanda, que depende de prévia instrução processual para que o julgador possa formar seu convencimento.

(...)

8. Agravo regimental a que se dá parcial provimento, apenas para conhecer da alegação de ilicitude da prova que embasou a denúncia, mantendo, entretanto, a negativa de seguimento do mandamus.

(AgRg no HC 472.620/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018)

RECURSO EM HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA. DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA. PRATICADA POR AGENTE QUE SE SERVE DE ANONIMATO. (...) DECISÃO QUE ANALISA A RESPOSTA ESCRITA. FUNDAMENTAÇÃO EXAURIENTE. DESNECESSIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

(...)

VII - A decisão que recebe a denúncia (CPP, art. 396) e aquela que rejeita o pedido de absolvição sumária (CPP, art. 397), não demandam motivação profunda ou exauriente, considerando a natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito, que somente poderá ser proferido após o desfecho da instrução criminal, com a devida observância das regras processuais e das garantias da ampla defesa e do contraditório.

VIII - In casu, a decisão que analisou a resposta à acusação apontou a existência de indícios mínimos de materialidade e autoria

necessários para a persecução penal, de forma sucinta, porém suficiente.

Recurso em habeas corpus desprovido.

(RHC 103.551/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 19/11/2018)

Irretocável, por conseguinte, o aresto objurgado, que concluiu que "a decisão impugnada declinou fundamentação adequada e suficiente à caracterização de justa causa para a manutenção do recebimento da peça inicial", não havendo, "pois, que se falar em constrangimento ilegal imposto aos ora paciente por violação à obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais" (e-STJ fl. 516).

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea "b", do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **nega-se provimento** ao presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator